

# A repartição pessoal do rendimento em Portugal \*

## 1. INTRODUÇÃO

1.1 Com vista a proceder a uma análise da repartição pessoal dos rendimentos antes da tributação<sup>1</sup>, recorreu-se às únicas fontes estatísticas disponíveis, o *Inquérito às Receitas e Despesas Familiares de 1967-68* e o *Inquérito às Despesas Familiares de 1973-74* (dados provisórios).

Porque o último destes *Inquéritos* apenas cobriu os primeiros meses de 1974, não se dispõe de informação adequada para analisar a situação recente em matéria de repartição pessoal dos rendimentos, o que constitui uma grave limitação, já que se verificaram nos últimos anos alterações significativas neste domínio. Nalguns casos, nomeadamente para os rendimentos do trabalho, as séries estatísticas disponíveis permitem conhecer as transformações entretanto registadas, como se poderá observar mais detalhadamente noutras análises, o mesmo não acontecendo, porém, em relação a outro tipo de rendimentos. Procurar-se-á, contudo, sempre que possível, fazer referência aos factos que poderiam ter influenciado, nos últimos três anos, a situação dos detentores de rendimentos não salariais.

1.2 A utilização exclusiva dos *Inquéritos* já referidos levanta alguns problemas, que importa desde já salientar:

Os *Inquéritos* dirigiram-se predominantemente às despesas<sup>2</sup> das famílias, o que confere um menor grau de credibilidade aos apuramentos respeitantes às receitas, conforme reconhece o I. N. E.

---

\* Análise comparativa dos resultados dos inquéritos do I. N. E. às despesas e receitas familiares de 1967-68 e 1973-74.

Este estudo foi realizado no âmbito dos trabalhos preparatórios para o plano de 1977-80, fazendo parte do relatório do grupo de trabalho n.º 2, *Repartição do Rendimento*.

<sup>1</sup> Não foi possível, dada a falta de elementos estatísticos adequados, alargar a análise à distribuição dos rendimentos após a tributação (não só as entregas efectuadas pelas famílias a título de pagamento de impostos, mas também as quotizações para a Previdência Social e o Fundo de Desemprego).

<sup>2</sup> O *Inquérito* de 1973-74 não permite, inclusivamente, o cálculo das receitas familiares médias.

As classes de receita por onde se distribuem as famílias não são coincidentes nos dois *Inquéritos*, o que, nalguns aspectos, dificulta a comparação entre eles.

A amplitude das mesmas classes é, por vezes, demasiado elevada para permitir um estudo suficientemente detalhado da repartição dos rendimentos, obrigando, com alguma frequência, ao recurso a interpolações.

A existência de classes abertas (para as receitas mais baixas e mais altas) impôs a introdução de hipóteses que, se bem que construídas a partir de determinados pressupostos que procuraram ter em conta a realidade, introduzem nos cálculos um menor grau de confiança.

Por tudo o que ficou dito, julga-se que os resultados obtidos deverão ser olhados como uma aproximação, ainda grosseira, à problemática da repartição pessoal dos rendimentos.

## 2. DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS E DAS RECEITAS FAMILIARES POR ESCALÕES DE RECEITA NO CONTINENTE

2.1 No quadro n.º 1 figura a distribuição das famílias e das receitas familiares por escalões de receita em 1967-68 e em 1973-74.

Conforme se pode verificar, no primeiro dos *Inquéritos*, cerca de 29% das famílias concentravam-se no escalão de receita anual inferior a 18 000\$ e detinham apenas 8% do total das receitas.

Distribuição percentual das famílias e das receitas familiares, por escalões de receitas (continente)

[QUADRO N.º 1]

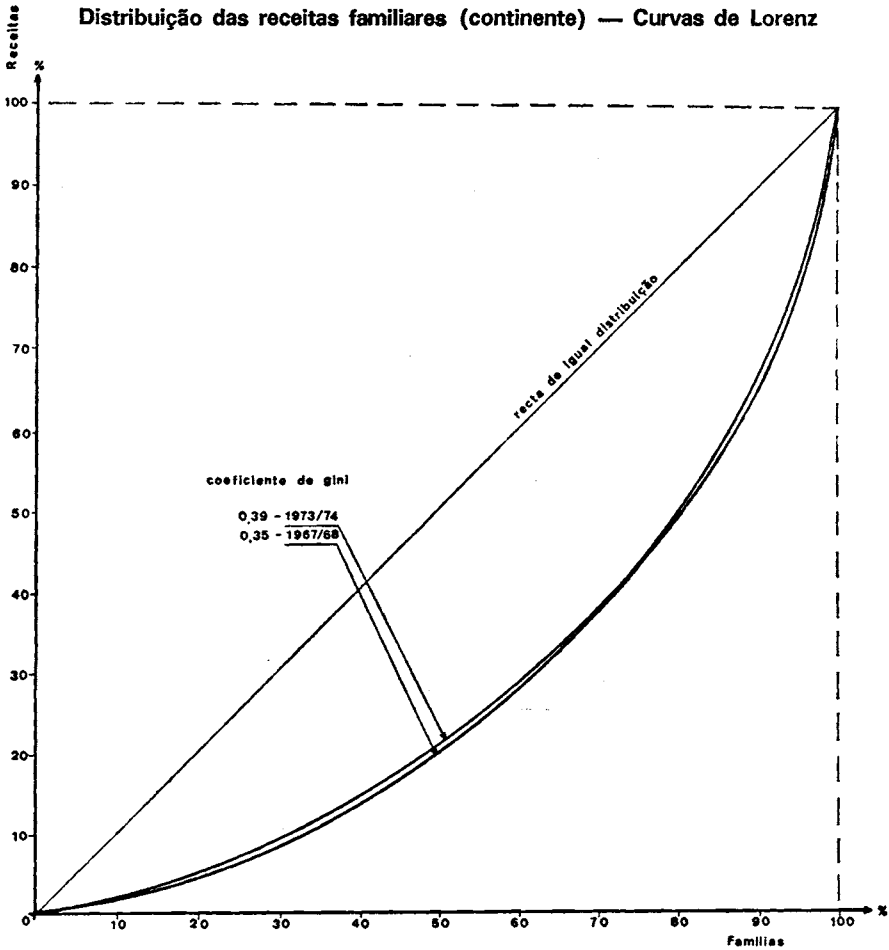
Escalões de receitas (contos)	Inquérito de 1967-68		Inquérito de 1973-74	
	Distribuição percentual das famílias	Distribuição percentual das receitas familiares(a)	Distribuição percentual das famílias	Distribuição percentual das receitas familiares(b)
— 18 ... ..	28,8	7,9	11,5	2,8
18- 30 ... ..	31,1	20,4	15,3	5,3
30- 48 ... ..	28,3	34,8	20,9	11,7
48- 60 ... ..			15,7	12,2
60- 90 ... ..	6,9	14,1	17,5	18,9
90-120 ... ..	4,9	22,8	8,2	12,3
120-180 ... ..			6,0	13,0
+ 180 ... ..			4,9	23,8
Total ... ..	100,0	100,0	100,0	100,0
Coeficiente de Gini ...	0,35		0,39	

Fonte: I. N. E., *Inquérito às Receitas e Despesas Familiares de 1967-68 e Inquérito às Despesas Familiares de 1973-74* (resultados provisórios).

(a) Na hipótese de o ponto médio de classe mais baixa corresponder a 10 000\$ e o de classe mais alta a 170 700\$.

(b) Na hipótese de o ponto médio de classe mais baixa corresponder a 17 000\$ e o de classe mais alta a 336 000\$.

Distribuição das receitas familiares (continente) — Curvas de Lorenz



Fonte: I. N. E., *Inquéritos às Despesas e Receitas Familiares*.

No escalão de receita anual superior a 90 000\$ somente se encontravam cerca de 5% das famílias, as quais dispunham, porém, de cerca de 23% do total do rendimento.

No *Inquérito* de 1973-74, a percentagem de famílias no escalão mais baixo reduziu-se para 11,5%, representando a parcela de rendimento de que eram detentoras 2,8% do total das receitas familiares; acima de 90 contos situavam-se 19,1% das famílias, das quais cerca de 5% tinham receitas superiores a 180 contos anuais, correspondendo-lhes, respectivamente, 49,1% e 23,8% do rendimento total.

Apesar de o número de classes e a respectiva amplitude não serem os mesmos nos dois *Inquéritos*, procedeu-se ao cálculo de coeficientes de Gini <sup>3</sup>, com vista a conhecer o grau de concentração

<sup>3</sup> Os coeficientes de Gini variam entre 0 e 1, correspondendo o valor 0 a uma distribuição igualitária e o valor 1 à concentração máxima dos mesmos rendimentos.

das receitas familiares. Os valores encontrados foram de 0,35 em 1967-68 e 0,39 em 1973-74, o que indica que a concentração dos rendimentos aumentou entre os dois períodos de tempo analisados.

A observação das curvas de Lorenz que figuram no gráfico permite, entretanto, verificar que elas se cruzam, encontrando-se em 1973-74 as famílias de baixas receitas mais próximas da recta de igual distribuição do que as do *Inquérito* de 1967-68. Pelo contrário, as famílias de altos rendimentos estavam mais afastadas da mesma recta em 1973-74 do que em 1967-68. Daí que se possa concluir que as desigualdades variam substancialmente com o nível de receita familiar.

2.2 Com vista a facilitar a comparação entre os dois *Inquéritos*, dado que a evolução entretanto verificada nos rendimentos, quer em termos nominais, quer em termos reais, justifica um certo deslocamento do nível geral de receitas entre 1967-68 e 1973-74, construi-se o quadro n.º 2, onde figura a distribuição percentual

Distribuição percentual das receitas das famílias, por quartis (continente)

[QUADRO N.º 2]

Quartis	Distribuição percentual das receitas familiares		Alteração pontual
	Inquérito de 1967-68	Inquérito de 1973-74	
0- 25 ... ..	6,2	7,3	+1,1
25- 50 ... ..	14,4	14,1	-0,3
50- 75 ... ..	23,3	22,3	-1,0
75-100 ... ..	56,1	56,3	+0,2
Total ... ..	100,0	100,0	

Fonte: I. N. E., *Inquérito às Receitas e Despesas Familiares de 1967-68 e Inquérito às Despesas Familiares de 1973-74* (resultados provisórios).

das receitas familiares por quartis. Esta apresentação, se bem que implique uma certa perda de informação, por se ter procedido a agregações, permite evidenciar aspectos com interesse no domínio da repartição.

Assim, embora, de um modo geral, a distribuição por quartis não revele alterações profundas, observa-se que foram as famílias do primeiro e do último quartil, isto é, os 25% das famílias de mais baixos e de mais altos rendimentos, que viram aumentada, em 1973-74, a percentagem de receitas que detinham relativamente ao total das receitas familiares<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Note-se que os valores apresentados, se bem que se afigurem tendencialmente correctos, devem ser olhados com certas reservas, na medida em que estão em causa classes abertas, o que obrigou à adopção de hipóteses de cálculo.

Em contrapartida, as famílias situadas nos quartis intermédios viram diminuída a respectiva parcela de receitas no total dos rendimentos. Este método de análise ignora, contudo, as alterações do nível geral dos rendimentos, devido à inflação ou a um crescimento real, pelo que é necessário não esquecer que, não obstante a percentagem de receita de determinado quartil ter decrescido, o seu rendimento real pode ter aumentado. Para tanto bastaria que se tivesse registado uma evolução positiva da receita média de cada quartil, a preços constantes.

2.3 A fim de se poder descer a maior pormenor, calcularam-se no quadro n.º 3 os níveis de receita correspondentes aos vários quartis da distribuição das famílias.

Nível de receita das famílias por quartis e respectiva posição relativamente à mediana (continente)

[QUADRO N.º 3]

Quartis	Percentagem de famílias abaixo dos quartis	1967-68		1973-74	
		Nível de receita (contos)	Nível de receita em percentagem da receita correspondente à mediana	Nível de receita (contos)	Nível de receita em percentagem da receita correspondente à mediana
1.º quartil ... ..	25 %	15,9	60,7 %	28,5	57,2 %
3.º decil ... ..	30 %	18,4	70,2 %	32,7	65,7 %
4.º decil ... ..	40 %	22,3	85,1 %	41,3	82,9 %
Mediana ... ..	50 %	26,2	100,0 %	49,8	100,0 %
6.º decil ... ..	60 %	30,0	114,5 %	57,4	115,3 %
7.º decil ... ..	70 %	40,7	155,3 %	71,3	143,2 %
3.º quartil ... ..	75 %	46,0	175,6 %	79,9	160,4 %
8.º decil ... ..	80 %	51,3	195,8 %	88,5	177,7 %
9.º decil ... ..	90 %	67,8	258,8 %	129,0	259,0 %
5 % mais altos ... ..	95 %	90,0	343,5 %	179,0	359,4 %
Diferença entre o 1.º quartil e o 3.º quartil	75 %-25 %	30,1	114,9 %	51,4	103,2 %
Diferença entre o 1.º quartil e os 5 % mais altos ... ..	95 %-25%	74,1	282,8 %	150,5	302,2 %

Fonte: I. N. E., *Inquérito às Receitas e Despesas Familiares de 1967-68 e Inquérito às Despesas Familiares de 1973-74* (resultados provisórios).

Conforme se pode observar, o nível de receita correspondente à mediana (a qual divide a distribuição das famílias em duas partes iguais) passou de 26,2 contos anuais no primeiro *Inquérito* para 49,8 contos no último.

A diferença entre o nível de receita correspondente ao primeiro e ao terceiro quartil era de 30,1 contos e de 51,4 contos, respectivamente, em 1967-68 e 1973-74. Entre o primeiro quartil e os 5% de famílias de mais altos rendimentos existia uma diferença de receita da ordem dos 74,1 contos em 1967-68 e 150,5 contos em 1973-74.

Porque a comparação entre estes números se torna difícil, devido à inflação que entretanto ocorreu, decidiu-se recorrer a números relativos, ou seja, ao cálculo das receitas correspondentes aos vários quartis da distribuição das famílias, como percentagem da receita correspondente à mediana, o que permite eliminar os efeitos inflacionistas.

Conforme se pode observar no quadro referido, a dispersão relativa das receitas familiares, se bem que tenha registado algumas mudanças entre os períodos considerados para análise, não se alterou profundamente. Merece realce o facto de, de um *Inquérito* para o outro, a diferença percentual entre o nível de receita do primeiro e do terceiro quartil se ter reduzido (114,9% contra 103,2%), enquanto, entre os valores extremos, primeiro quartil e escalão dos 5% de famílias de mais altos rendimentos, a referida diferença aumentou (282,8% contra 302,2%).

2.4 Se bem que não se disponha dos dados adequados para conhecer a situação, nos últimos anos, em matéria de repartição pessoal dos rendimentos, afigura-se que o grau de concentração das receitas familiares deverá ter diminuído posteriormente a 1973-74. De facto, os coeficientes de Gini calculados noutra local e referentes à distribuição da massa salarial<sup>5</sup> pelos trabalhadores por conta de outrem nas actividades não agrícolas apontam, entre 1974 e 1976, para uma correcção das desigualdades entre os referidos trabalhadores. Dado que estes constituem a parcela mais importante da população activa, sendo as respectivas receitas predominantemente provenientes do trabalho, parece poder afirmar-se que, ainda que o conjunto dos rendimentos não salariais tenha registado uma repartição mais desigualitária<sup>6</sup>, a evolução registada entre os trabalhadores por conta de outrem deverá ter influenciado favoravelmente a repartição global do rendimento das famílias.

### 3. ANÁLISE COMPARATIVA DA DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS, POR ESCALÕES DE RECEITA, NAS ZONAS URBANA E RURAL DO CONTINENTE

3.1 A comparação entre a distribuição das famílias, por escalões de receita, nas zonas urbana e rural do continente permite detectar desigualdades flagrantes, sempre no sentido desfavorável

---

<sup>5</sup> Os coeficientes calculados referem-se apenas aos salários e ordenados de base, não incluindo portanto o pagamento de horas extraordinárias, subsídios, gratificações, etc.

<sup>6</sup> Tendo-se em atenção, em especial, o grupo dos pensionistas cuja posição se deteriorou sensivelmente em comparação com as restantes categorias socioeconómicas, como se verá no ponto 4.3.

aos meios rurais, em qualquer dos *Inquéritos* que se têm vindo a analisar.

Assim, embora não tenha sido possível realizar, para as duas zonas em estudo, uma análise em tudo idêntica à utilizada para o continente<sup>7</sup>, o quadro n.º 4 é bastante elucidativo e permite

**Distribuição percentual das famílias, por escalões de receita  
(continente)**

[QUADRO N.º 4]

Escalões de receita (contos)	Inquérito de 1967-68		Inquérito de 1973-74	
	Zona urbana	Zona rural	Zona urbana	Zona rural
— 18 ... ..	14,5	36,5	2,9	9,8
18- 30 ... ..	27,2	33,1	5,7	15,1
30- 48 ... ..	36,4	24,0	13,8	23,1
48- 60 ... ..			10,6	12,9
60- 90 ... ..	11,6	4,4	24,8	21,2
90-120 ... ..	10,3	2,0	16,6	9,3
120-180 ... ..			14,7	5,8
+ 180 ... ..			10,9	2,8
Total ... ..	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: I. N. E., *Inquérito às Receitas e Despesas Familiares de 1967-68 e Inquérito às Despesas Familiares de 1973-74* (resultados provisórios).

constatar que a percentagem de famílias nos escalões de mais baixas e mais altas receitas é muito diferente nos meios rural e urbano nos dois *Inquéritos*.

Por outro lado, enquanto a classe mais frequente na zona urbana era a que correspondia às receitas anuais compreendidas entre 30 e 60 contos em 1967-68 e entre 60 e 90 contos em 1973-74, na zona rural, a classe modal era constituída pelas famílias com menos de 18 contos anuais no primeiro *Inquérito* e entre 30 e 48 contos no mais recente.

3.2 Utilizando um método idêntico ao já adoptado em 2.3, constituiu-se o quadro n.º 5, onde figuram os níveis de receita por quartis da distribuição das famílias e respectiva posição relativamente à mediana, nas duas zonas consideradas para análise.

Na impossibilidade de dispor no *Inquérito* de 1967-68<sup>8</sup>, de elementos relativos a todos os quartis da zona rural, a análise comparativa entre os meios rural e urbano apenas pode ser feita com certo pormenor para o período de 1973-74. Assim, observa-se

<sup>7</sup> De facto, a utilização da mesma metodologia adoptada, por exemplo, no quadro n.º 1, obrigaria a constituir uma série de hipóteses, que muito provavelmente iriam tornar os resultados bastante aleatórios.

<sup>8</sup> Esta impossibilidade deve-se ao facto de na zona rural se concentrar uma percentagem muito elevada de famílias no escalão inferior a 18 contos anuais, o que obrigaria a construir hipóteses aleatórias quanto ao nível de receita correspondente aos quartis mais baixos, já que se trata de uma classe aberta.

**Nível de receitas das famílias, por quartis, e respectivas posições relativamente à mediana, nas zonas urbana e rural do continente**

[QUADRO N.º 5]

Quartis	Percentagem de famílias abaixo dos quartis	Inquérito de 1967-68				Inquérito de 1973-74			
		Zona urbana		Zona rural		Zona urbana		Zona rural	
		Nível de receita (contos)	Nível de receita em percentagem da receita correspondente à mediana	Nível de receita (contos)	Nível de receita em percentagem da receita correspondente à mediana	Nível de receita (contos)	Nível de receita em percentagem da receita correspondente à mediana	Nível de receita (contos)	Nível de receita em percentagem da receita correspondente à mediana
2.º decil ... ..	20 %	20,4	55,4 %	—	—	36,0	55,9 %	20,7	50,5 %
1.º <i>quartil</i> .. ..	25 %	22,6	61,4 %	—	—	41,3	64,1 %	23,7	57,8 %
3.º decil ... ..	30 %	24,8	67,4 %	—	—	46,6	72,4 %	26,7	65,1 %
4.º decil ... ..	40 %	29,3	79,6 %	19,3	84,3 %	54,7	84,9 %	33,4	81,5 %
<i>Mediana</i> ... ..	50 %	36,8	100,0 %	22,9	100,0 %	64,4	100,0 %	41,0	100,0 %
6.º decil ... ..	60 %	45,1	122,6 %	26,5	115,7 %	78,3	121,6 %	48,6	118,5 %
7.º decil ... ..	70 %	53,3	144,8 %	30,5	133,2 %	93,7	145,5 %	56,2	137,1 %
3.º <i>quartil</i> .. ..	75 %	57,4	156,0 %	36,8	160,7 %	105,9	164,4 %	60,0	146,3 %
8.º decil ... ..	80 %	64,9	176,4 %	44,0	187,8 %	118,1	183,4 %	70,3	171,5 %
9.º decil ... ..	90 %	90,0	244,6 %	55,5	242,4 %	174,1	270,3 %	92,3	225,1 %
Diferença entre o 1.º quartil e o 3.º quartil	75 % — 25 %	34,8	94,6 %	—	—	64,6	100,3 %	36,3	88,5 %
Diferença entre o 2.º decil e o 9.º decil ... ..	90 % — 20 %	69,6	189,2 %	—	—	138,1	214,4 %	71,6	174,6 %

Fonte: I. N. E., *Inquérito às Receitas e Despesas de 1967-68 e Inquérito às Despesas Familiares de 1973-74* (dados provisórios).



que, na zona urbana, a diferença do nível de receita, tanto entre o primeiro e o terceiro quartil da distribuição das famílias, como entre o segundo e o nono decil, é superior à da zona rural, quer em valores absolutos, quer em valores relativos. Este facto parece indicar que as receitas estão mais desigualmente distribuídas no meio urbano do que no rural. Merece também referência a evolução verificada na zona urbana entre 1967-68 e 1973-74, a qual aponta para um alargamento das desigualdades existentes quanto à repartição dos rendimentos das famílias (a diferença entre o 1.º e o 3.º quartil passou de 94,6% para 100,3%; a diferença entre o 2.º e o 9.º decil foi de 189,2% contra 214,4%).

3.3 Como terão evoluído as desigualdades entre os rendimentos familiares das zonas rural e urbana depois de 1973-74? A pergunta dificilmente poderá ter resposta, dado que os indicadores disponíveis para avaliar a referida evolução parecem insuficientes.

É certo que foi após aquela data que se iniciou a Reforma Agrária, a qual, para além de visar uma melhor repartição das terras, contribuiu para a distribuição mais equitativa dos rendimentos agrícolas. Acontece, porém, que a Reforma Agrária teve lugar numa zona geograficamente limitada e não dispõe de elementos para apreciar as transformações por ela operadas sobre os rendimentos, pelo que não é possível conhecer a situação recente, no domínio da repartição dos rendimentos, no conjunto das regiões rurais. Por exemplo, nada se sabe sobre a evolução dos rendimentos dos padrões e isolados agrícolas das zonas norte e centro, os quais representam uma parcela apreciável do total dos efectivos agrícolas auferindo dos mais baixos rendimentos<sup>9</sup>. Quanto aos assalariados rurais, só em Fevereiro de 1977 passaram a estar cobertos por um salário mínimo de 3500\$, o qual é, no entanto, inferior ao fixado para os restantes sectores económicos, ou seja, 4500\$ mensais<sup>10</sup>. No entanto, entre 1974 e 1976, os salários dos referidos trabalhadores beneficiaram, por um efeito de arrastamento de elevações idênticas ou superiores às registadas na actividade não agrícola, continuando porém substancialmente abaixo do nível salarial médio.

#### 4. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS POR CLASSE DE RECEITA E CATEGORIA SOCIECONÓMICA DO CHEFE DE FAMÍLIA

4.1 Em 1973-74 eram consideráveis as desigualdades de rendimento nas várias categorias socioeconómicas, conforme se detecta pela análise do quadro n.º 6, observando-se as distribuições mais

---

<sup>9</sup> O inquérito não permite separar as receitas dos padrões das dos isolados agrícolas, admitindo-se que entre estes grupos existem importantes diferenças.

<sup>10</sup> Conforme consta do Decreto-Lei n.º 49-B/77, de 12 de Fevereiro, este mínimo poderá ser inferior em empresas de 10 ou menos trabalhadores, mediante despacho conjunto dos ministros do Trabalho e da Tutela, quando se prove a incompatibilidade económica.

**Distribuição percentual das famílias por classes de receita familiar e categoria socioeconómica do chefe de família, em 1973-74 (continente)**

[QUADRO N.º 6]

Categorias socioeconómicas	Escalões de receita								Total
	— 18 contos	18 a 30 contos	30 a 48 contos	48 a 60 contos	60 a 90 contos	90 a 120 contos	120 a 180 contos	+ 180 contos	
Produtores agrícolas (patrões e isolados) ... ..	14,0	31,2	25,2	14,1	8,6	3,5	2,1	1,3	100
Trabalhadores agrícolas ... ..	14,5	28,8	33,4	12,7	7,8	1,6	0,9	0,3	100
Patrões e isolados não agrícolas ... ..	4,8	10,3	13,9	16,4	20,2	14,5	8,2	11,7	100
Profissões liberais e afins ... ..	1,0	1,0	1,9	10,6	11,5	11,5	16,3	46,2	100
Directores e quadros superiores administrativos ...	—	—	2,9	1,4	5,7	12,9	27,1	50,0	100
Técnicos superiores de empresas não agrícolas ...	0,3	0,8	4,0	7,0	15,8	15,8	23,2	33,1	100
Empregados públicos e privados ... ..	0,9	2,7	11,6	15,4	26,1	18,5	15,6	9,2	100
Trabalhadores manuais ... ..	0,8	5,5	24,5	24,5	29,4	9,2	5,1	1,1	100
Pessoal especializado nos serviços ... ..	7,7	13,5	25,4	17,5	20,7	9,8	4,7	0,7	100
Forças armadas e conscritos ... ..	—	—	5,8	15,9	24,7	11,6	23,2	18,8	100
Indivíduos activos não especificados ... ..	9,2	16,3	20,2	14,4	17,1	7,8	8,1	6,9	100
Indivíduos não activos(a) ... ..	24,3	19,4	20,2	10,3	11,0	5,6	4,2	5,0	100
Indivíduos a cargo da família ... ..	36,7	20,0	16,3	11,4	10,3	3,1	1,7	0,5	100

Fonte: I. N. E., *Inquérito às Despesas Familiares de 1973-74* (dados provisórios).

(a) Pensionistas, indivíduos que recebem auxílio da Assistência e pessoas com rendimentos próprios.

favoráveis nas profissões liberais, directores, quadros superiores e técnicos superiores das empresas não agrícolas. As distribuições mais desfavoráveis registavam-se nos indivíduos a cargo da família, nos indivíduos não activos e nas famílias cujo chefe trabalhava na agricultura (por conta própria ou por conta de outrém). Importa salientar que a percentagem de famílias com receita aquém dos 30 contos anuais variava, para o grupo atrás citado, entre 43,3% e 56,7%, valores estes que são excepcionalmente altos se se tiverem em conta as correspondentes percentagens das restantes categorias. No que se refere aos não activos, importa não esquecer que abarca pensionistas, indivíduos que recebem auxílio da Assistência e pessoas com rendimento próprio, pelo que constitui um grupo bastante heterogéneo, o que se repercute sobre a própria repartição das receitas, que é muito desigual.

Infelizmente, não foi possível proceder a uma comparação entre a distribuição das famílias por classe de receita e categoria socioeconómica do chefe de família em 1967-68 e em 1973-74. O facto deve-se a os apuramentos respeitantes às diferentes categorias se terem baseado na receita anual por indivíduo no primeiro daqueles *Inquéritos* e na receita anual por família no segundo. Ora, uma vez que a dimensão da família varia consideravelmente com a categoria socioeconómica do seu chefe, qualquer comparação entre os dois *Inquéritos* arrisca-se a sofrer de distorções assinaláveis. Aliás, muito embora não tenha sido possível entrar em conta, nesta análise, com a dimensão familiar, é evidente que ela constitui um dos factores com maior interesse nos estudos sobre a repartição dos rendimentos, já que se detecta, frequentemente, que são as famílias numerosas as que se situam nos níveis inferiores de rendimento.

4.2 Uma vez que não se dispunha de receitas médias, decidiu-se construir o quadro n.º 7, onde figuram os níveis de receita familiar correspondentes à mediana da distribuição das famílias das várias categorias socioeconómicas, bem como a respectiva posição relativamente à receita da mediana da distribuição do total das famílias.

Conforme se pode observar, a amplitude máxima, a qual corresponde à diferença entre o nível de receita dos indivíduos a cargo da família e o dos directores e quadros superiores administrativos, é da ordem dos 154 contos, em termos absolutos, e de 309,3% em valores relativos.

Quanto à posição relativa das diferentes categorias, ressalta o lugar ocupado pelos indivíduos a cargo da família, os indivíduos trabalhando na agricultura (quer patrões e isolados, quer trabalhadores por conta de outrem) e os não activos, que se situavam a grande distância do nível de receita correspondente à mediana da distribuição do conjunto das famílias. Tendo em conta que se trata de grupos com um peso relativamente importante do número total de famílias, considera-se que qualquer actuação sobre os seus níveis de receita terá um impacte considerável no domínio da repartição pessoal dos rendimentos.

Quanto aos trabalhadores por conta de outrem, com exclusão dos agrícolas, situam-se acima da mediana do total das categorias

Nível de receita correspondente à mediana da distribuição das famílias,  
por categoria socioeconómica, em 1973-74 (continente)

[QUADRO N.º 71]

Categorias socioeconómicas	Nível de receita correspondente à mediana	
	Em contos	Em percentagem do nível de receita correspondente à mediana do total das categorias socioeconómicas
Indivíduos a cargo da família ... ..	26,0	52,2 %
Patrões e isolados agrícolas ... ..	33,4	67,1 %
Trabalhadores agrícolas ... ..	33,6	67,5 %
Indivíduos não activos ... ..	35,6	71,5 %
<i>Total das categorias socioeconómicas</i> ... ..	<i>49,8</i>	<i>100,0 %</i>
Pessoal especializado dos serviços ... ..	50,3	101,0 %
Outros activos não especificados ... ..	51,6	103,6 %
Trabalhadores manuais ... ..	57,5	115,5 %
Patrões e isolados não agrícolas ... ..	66,8	134,1 %
Empregados públicos e privados ... ..	82,3	165,3 %
Forças armadas ... ..	97,9	196,6 %
Técnicos superiores de empresas não agrí- colas ... ..	136,3	273,7 %
Profissões liberais e afins ... ..	166,0	333,3 %
Directores e quadros superiores adminis- trativos ... ..	180,0	361,5 %
Amplitude máxima ... ..	154,0	309,3 %

Fonte: I. N. E., *Inquérito às Despesas Familiares de 1973-74* (dados provisórios).

socioeconómicas, se bem que se possam detectar diferenciações importantes entre eles. Assim, enquanto os trabalhadores especializados dos serviços apenas excediam em 1% o nível de receita correspondente à mediana do total das famílias, encontrando-se ainda significativamente aquém dos trabalhadores manuais (mestres, capatazes, operários qualificados, especializados e não qualificados), os empregados públicos e privados detinham uma posição mais favorável do que a dos patrões e isolados não agrícolas. Este último facto deve-se, contudo, à agregação feita, uma vez que existem importantes diferenciações de rendimento entre os patrões e os isolados na actividade não agrícola.

4.3 Após a realização do *Inquérito de 1973-74* são praticamente inexistentes os elementos sobre a repartição do rendimento pelas várias categorias socioeconómicas. Alguns factos parecem, porém, apontar para uma não correcção das desigualdades existentes em relação aos indivíduos não activos, os quais deveriam ter visto deteriorada a sua posição perante os restantes grupos socioeconómicos. No caso dos pensionistas e reformados, que se

encontram muito provavelmente nos escalões mais baixos das receitas familiares, verifica-se que a pensão mínima do regime geral de Previdência era, em 1974, da ordem dos 1 650\$ mensais, tendo passado (Portaria n.º 789/75, de 31 de Dezembro), em 1975, para 2000\$, ou seja, um acréscimo de cerca de 21%. Em Fevereiro de 1977 procedeu-se a uma actualização das pensões em curso, segundo a sua antiguidade, bem como à revisão das pensões de menor quantitativo, a fim de atenuar as consequências de não terem sido actualizadas as restantes pensões quando da elevação da pensão mínima de 1650\$ para 2000\$ mensais. A actualização adoptada constou de um aumento uniforme de 750\$, 600\$ e 250\$ mensais, respectivamente, para as pensões iniciadas anteriormente a 1975, em 1975 e em 1976. Tendo em conta que o valor médio das pensões anda muito próximo da pensão mínima <sup>11</sup>, facilmente se constata que a evolução da receita média dos pensionistas deverá ter sido inferior à elevação salarial verificada para os trabalhadores activos, o que contribui para aumentar a diferença existente entre o nível de receita destes dois grupos, a qual já era muito acentuada em 1973-74.

Um outro grupo que, depois de 1974, tem vindo a ganhar peso e se encontra em situação mais desfavorável é o grupo dos desempregados, para os quais existe legalmente estabelecido um subsídio de desemprego, o qual abrange, no entanto, um número muito diminuto de desempregados, dadas as condições necessárias à atribuição do referido subsídio <sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Valor das pensões médias.

<sup>12</sup> Por exemplo, não se aplica a candidatos a primeiro emprego.